

RESUMO

A presente pesquisa tem sido fruto da investigação da educação escolar nas comunidades de remanescente quilombola do baixo amazonas no bojo das discussões de políticas internacionais de educação considerando as questões relativas a público/privado, o local e o global, macro políticas e micro políticas, organismo internacionais, princípios de governança e especialmente políticas de regulação nacional e transnacional. A questão em debate gira em torno da seguinte pergunta: Como a educação quilombola considerada no seu aspecto de comunidade local, micro contextualizada culturalmente por seus elementos pertinentes de africanidade, ancestralidade, religiosidade, identidade e resistência tem conseguido manter-se diante das novas demandas em que se configuram as políticas internacionais idealizadas por uma filosofia neoliberalista, portando-se criticamente ao modelo do bem-estar-social. A investigação se deu a partir de discussões nos encontros de reflexões sobre políticas internacionais de educação, leituras de referenciadas na temática políticas educacionais e a interface com a pesquisa que realizei no doutoramento em educação no PPG da Unisinos. Sabe-se que, historicamente, a educação sempre desempenhou um papel determinante para o crescimento econômico de um país, educação e economia estão estritamente ligados, há uma certa cumplicidade entre as duas práticas, um em detrimento do outro. Outro detalhe a ser analisado é a questão da globalização da educação não sendo entendida como enfraquecimento do poder estatal, mas a possibilidade de unirem forças diante das dificuldades. Diante da proposta sugere-se a criação de uma agenda global de estruturação educacional onde as agências do tipo OCDE, Unesco e o Banco Mundial desempenharam papéis de extrema importância. Nesse sentido tem surgido muitos programas de ordem nacional em detrimento do internacional. Programas como indicadores de qualidade, os quais servem como parâmetro de performance pela sociedade do conhecimento. O ministério da Educação através do Conselho Nacional de Educação divulga a resolução de Nº 4 em julho de 2010, as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica assegurado no Artigo 41 parágrafo único. Neste dispositivo político das diretrizes observamos que a escola quilombola deve ser realizada desenvolvida em seu espaço de vivência, no seu habitat geográfico, considerando uma pedagogia específica ao seu contexto de vida e história, entendendo a questão da pessoa em quanto cidadã de direito minimamente humano garantido em lei, ou seja o respeito a especificidade étnica, racial e cultural. Outro fator importante da discussão é sobre a formação de professores para a realidade de quilombos, segundo a resolução a formação deve ser orientada a partir dos princípios da educação básica brasileira seguida de valorização e reconhecimento da diversidade cultural de cada quilombo. Retomando a questão da regulação, sabe-se que no Brasil O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) órgão ligado ao MEC criado com o objetivo de promover pesquisas voltadas para o campo da educação. Dentre os vários instrumentos de regulação mencionamos os seguintes: Censo Escolar da Educação básica, Censo da Educação Superior, Censos Especiais, BNI, Provinha Brasil, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), PISA(Programa Internacional de Avaliação de Estudante), Estudos Regionais Comparativos(PERCE, SERVE TERCE) esses e tantos outros vinculados ao INEP tem como principal objetivo a regulação da educação nacional e internacional, desse modo a economia se faz valer da educação no sentido de apresentar dados estatísticos de desenvolvimentos, sustentabilidade e governamentalidade eficiente e de crescimento em alta. No bojo dessas discussões de política educativas e regulação a educação quilombola apresenta-se como uma categoria de escola onde a cultura e padrões de vivências mantêm-se firme, isso devido ao passado histórico de escravatura, mas também de luta, resistência representado pelo movimento social negro e demais instituições que lutam pelos direitos de humanização e respeito. A educação escolar quilombola deve ter como referência valores sociais, culturais, históricos e econômicos dessas comunidades. Para tal, a escola deverá se tornar um espaço educativo que efetive o diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local, valorize o desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao território. Portanto, a escola precisa de currículo, projeto político-pedagógico, espaços, tempos, calendários e temas adequados às características de cada comunidade quilombola para que o direito à diversidade se concretize. Essa discussão precisa fazer parte da formação inicial e continuada dos professores.

Palavras Chave: Regulação; Quilombo; Educação.

A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO CONTEXTO DA REGULAÇÃO TRANSNACIONAL.

Wanildo Figueiredo de Sousa¹

wanildosousa@bol.com.br

Rosane Maria Kreuzburg Molina²

rosanemolina@yahoo.com.br

Este texto trata das propostas de educação quilombola como uma das políticas de educação brasileira no contexto da regulação transnacional. Preocupa-se em como a educação quilombola consegue manter suas características, performance, sobre tudo cultural e política diante das novas regras de regulação transnacionais? Que medidas ou parâmetros têm sido tomados como referência para a não contaminação das regras globais de manipulação e dominação aliadas a políticas econômicas e sociais.

A história da escola pública no Brasil remete-se a “escola pública religiosa dos jesuítas seguida das aulas régias instituída pela reforma pombalina quando por ocasião da expulsão dos jesuítas e depois o nascedouro da escola pública estatal, com o advento do Estado-Nação decorrente da proclamação da Independência em 1822 surgir a escola pública nacional. Mas foi somente com o advento da república e o surgimento dos estados federados que a escola pública em 1890 no estado de São Paulo vai ganhando espaço e tornando-se motivos de discussões no cenário nacional

Após a revolução de 1930 iniciam-se os problemas com a sociedade burguesa moderna envolvendo especialmente a questão da “instrução pública popular”. Em seguida é criado o Ministério da Educação e Saúde para organizar o funcionamento e as diretrizes que norteariam a filosofia e prática dessa instituição, e posteriormente, quando por ocasião da segunda guerra mundial, com o surgimento dos bancos financiadores para reestruturação dos países deflagrados pela guerra, a educação pública brasileira e demais países da África, Ásia e América ganharam visibilidade no cenário internacional

¹ Bacharel em Teologia, Licenciado Pleno em Pedagogia, Mestre em Teologia pela EST, doutorando em Educação pela UNISINOS.

² Professora Pós-doutora, orientadora do PPG em Educação da UNISINOS em São Leopoldo, Rs

Em 1990 deflagra no Brasil a iniciativa privada, a escola enquanto instituição social servirá como mecanismo de solução financeira para empresários que apostarão na mesma como fonte de renda e sobrevivência.

Segundo Gladys Beatriz Barreyro e José Carlos Rothenom³ com a Reforma do Estado brasileiro, ocorrida na segunda metade da década de 1990, a execução dos serviços públicos é paulatinamente transferida para a iniciativa privada; nesse modelo, o papel do Estado restringe-se a regular a oferta desses serviços. No período posterior à LDB-1996, no campo da educação superior, consolida-se uma relação estreita entre avaliação e regulação.

Nesse contexto histórico, o trabalho é considerado um instrumento utilizado para a inserção no mercado global. Daí que como estratégia dos imperialistas indicam a reforma educacional dos países em desenvolvimento sob o pretexto de se desenvolverem a enquadrarem-se ao mundo globalizado. O objetivo de fato é modificar as práticas educativas e as culturas locais em detrimento do capitalismo financeiro.

Segundo GARCIA, 2007, p. 92 na América Latina os organismos de poder como por exemplo o Banco Mundial, conduzem os países endividados a fazerem ajustes econômicos e sócias intervindo ativamente na estrutura organizacional, institucional e funcional da educação pública, com o objetivo de consolidar o mercado nos sistemas educacionais, assim a educação deixa de ser um direito e passa a ser vistam como um investimento, desse modo, (SIQUEIRA, 2005, p, 149) afirma que a educação ganha um viés mercadológico no comércio global, caracterizada como sem fronteiras, mundializada, porém hegemônica e facilmente vendável aos países em desenvolvimento interessados no negócio educacional

Dessa forma o setor educacional de uma determinada região passa a ter forte ligação com as questões econômicas, sociais e políticas. Os países centrais passam a determinar na educação escolar. Sabe-se que as determinações internacionais estão longe de atender as necessidades locais sobre tudo referindo-se as questões de identidades tipificadas pelas comunidades rurais, indígenas, quilombolas e outras etnias. Nesse interim verifica-se fortemente o poder regulador das instituições internacionais sobre as nacionais, portanto a reforma educacional na América Latina deve ser levado

³ Avaliação e regulação da Educação Superior: Normativas e órgãos reguladores nos 10 anos pós LDB. Publicado em: Avaliação (Campinas), 43, v. 12, n.1, p. 133-147, mar. 2007.

em consideração o tipo de cidadão que se deseja formar, valores e princípios construídos. O que nitidamente se percebe é que o tipo de ser humano que se pretende construir tem forte relação com o homem capitalista aderente dos valores voltados para a flexibilidade, competitividade e o individualismo, o modelo burocrático precisa ser superado pelo modelo da subjetividade, do sentimento, efetivação do empreendedorismo, eficiência, eficácia, produtividade e da auto-regulação das pessoas, inspirada nos conceitos de governança.

As reformas educacionais tem como aliado as formas de regulação da cultura. Para GARCIA “[...] uma das formas de regular os sujeitos por meio da cultura é imprimir mudanças na cultura organizacional para moldar, governar ou regular os sujeitos, mesmo que seja indiretamente ou a distância”

Retomando a questão da governança e a educação, inicio apresentando o nascimento do termo. No entendimento de (ALVES, 2012, p.133), governança surge como premissa do Banco Mundial, voltado para gestão pública sendo a maneira, a forma como o poder é exercido na gestão dos recursos sociais e econômicos tendo como principal objetivo o desenvolvimento. Termo muito comum a sociologia, economia, administração, direito e outras ciências.

No Brasil o termo é muito comum em instituições privadas, sendo inicialmente compartilhado nas instituições de ensino privado. Significa gerir, administrar, dirigir, comandar, reger, controlar um sistema ou uma organização. Segundo ALVES, conforme o Código do Instituto Brasileiro de Governança a finalidade é de aumentar o valor agregado da organização, facilitar acesso ao capital, captação de recursos, financiamento de organismos internacionais.

Conforme ALVES os quatro princípios básicos da governança são: Transparencia, Equidade (tratamento justo e honesto entre os atores, Accountability (prestação de contas) com forte ênfase na participação da comunidade, conselhos escolares com representações de alunos e pais, registros contábeis, assessoria, auditoria e controladoria contábil na educação, das entradas e saídas dos fundos (fundeb, fundef, pde dentre outros) dos programas de incentivos a aprovação e negação da reprovação dos alunos e a Responsabilidade sócio organizacional. O modelo de governança educacional é uma das tendências deste novo tempo, muito focada nos resultados, na

qualidade dos serviços, na eficácia e eficiência, na substituição de estruturas organizacionais focadas na descentralização para políticas participativas.

Embora as mudanças em seus diversos setores tenham ocorrido de forma muito rápida, observa-se que no sistema educacional a resistência as transformações especialmente nos aspectos tecnológico, profissional, gestão e humanização tem si tornado em casos crônico devido a interesse corporativistas, posicionamentos políticos e a falta de conhecimento dos novos princípios de políticas públicas em educacional. Urge a necessidade de adaptação aos novos contextos e demandas, a competência de governar o novo.

Neste cenário de rápidas mudanças nacionais e internacionais envolvendo a educação escolar, em especial as políticas públicas em educação, surge a educação quilombola, fruto dos constantes embates dos movimentos sociais da comunidade negra. Antes de prosseguir com a discussão da relação das escolas quilombolas e as políticas de regulação, convém explicitar ou definir como é formada, do ponto de vista legal, uma comunidade quilombola.

A definição pode ser dada a partir de várias ponto de vistas; cultural, histórico, social, econômico e político. Definir-se-á a partir do ponto de vista político constitucional, vem de um artigo transitório da constituição federal de 1988 artigo 68 o qual declara que as comunidades negras ou terras de mocambos ou territórios negros tem direito a um título de terra que esteve em uso. Desde 1990 essa definição constitucional foi se alterando, período em que muitas comunidades lançaram mão deste artigo para procurar titular territórios que já utilizavam, alguns dessas comunidades já haviam sido quilombos históricos, desde o século XVII E XVIII, locais denominados de refúgios dos escravos. Outros negros conseguiram comprar suas terras, esses também vão se aplicar a essa definição de comunidade quilombola por terem um processo histórico pautado no sistema escravista e em geral de resistência por algum negro ou por uma relação de parentesco forte.

Muitas comunidades quilombolas lançam mão desse artigo constitucional constituindo uma associação comunitária para dialogar com o estado, município e outros órgãos competentes. A comunidade passa a ganhar vários papéis políticos em decorrência da titulação da terra. Atualmente o MEC (Ministério da Educação e Cultural) tem dado maior atenção a essas comunidades, o Ministério da Educação

publicou, no fim de novembro de 2012 as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola. O documento institui orientações para que os sistemas de ensino formulem projetos político-pedagógico adequado à especificidade das vivências, realidades e história dessas comunidades.

As diretrizes envolvem o financiamento, arquitetura escolar, condições de trabalho do professor, formação de professores, alimentação escolar, formas de ensinar e aprender e o processo didático-pedagógico específico para a educação quilombola. Além disso, também incluem as orientações sobre a obrigatoriedade do ensino de história da África.

O Ministro Aloizio Mercadante afirmou no 2º Seminário Nacional de Educação Escolar quilombola⁴ em dezembro de 2012 que a história da África e a contribuição da comunidade afrodescendente representa a maior demanda que nós temos de formação continuada de professores

O seminário discutiu as diretrizes para educação escolar quilombola definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e sua implementação, com a participação de representantes do MEC e de comunidades quilombolas. Também foram realizadas palestras e apresentação de experiências em escolas localizadas nessas comunidades.

A regulamentação proposta pelo CNE abrange a formação de professores, a discussão curricular partir das identidades em comunidades quilombolas

De acordo com o ministro, os quilombos tiveram um papel importante a não se curvar à escravidão, além de construir comunidades que preservaram a memória da luta pela emancipação. "As diretrizes quilombolas não são apenas para as comunidades quilombolas; elas têm que estar presentes no conjunto das salas de aula do Brasil", disse Mercadante.

Para a diretora de políticas de educação no campo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC, Macaé Maria Evaristo, as diretrizes mostram como devem se estruturar essas escolas. "Devemos pensar a questão da aprendizagem, do desenvolvimento e do ensino e de garantir no currículo escolar toda memória, tradição, história de luta e resistência pela terra dessas comunidades", afirmou.

⁴ Notícias.terra.com.br

No âmbito do MEC, serão discutidas políticas mais específicas direcionadas à formação de professores, à garantia da infraestrutura da escola quilombola, do material didático utilizado nessas escolas e que levem em consideração a história e a tradição das comunidades.

Para que uma escola quilombola seja reconhecida com tal, o território precisa estar titulado, caso contrário as crianças passam a frequentar as escolas dos arredores do quilombo. Desde 1988 essa conquista tem sido realizada muito lentamente, a maioria dos descendentes de negros, explorados como escravos no Brasil vivem sem direito de acesso à terra garantida.

Em 2012, apenas uma comunidade quilombola, a do Quilombo Chácara de Buriti, de Campo Grande (MS), conseguiu título de posse definitiva por parte do Governo Federal. Mesmo assim, foram reconhecidos somente 12 hectares dos 44 hectares identificados no Relatório de Identificação de Territórios Quilombolas (RTID) reivindicados pelos moradores. Atualmente (2013), 193 terras quilombolas receberam títulos.

A SECADI⁵ (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) em articulação com os sistemas de ensino implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. O objetivo da SECADI é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado a valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade sócio-ambiental visando a efetivação de políticas públicas transversais e interssetoriais.

Outro órgão fomentador de políticas pública chama-se SEPPIR⁶ (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da presidência da república nasceu do reconhecimento das lutas históricas do movimento negro e tem por finalidades a formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial, a proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;

⁵ Portal.MEC.gov.br

⁶ www. Seppir.gov.br

Vários são os desafios das comunidades quilombolas, dentre as quais destacamos a invisibilidade e o apagamento dessas escolas na sociedade, a questão do currículo e a formação de professores e professoras. É necessário incrementar políticas públicas para a formação nível de graduação para professores específicos dessa população. Uma das conquistas entre os inúmeros desafios é a adoção ao sistema de cotas como forma de ingresso no ensino superior vinculado ao reconhecimento internacional dos direitos humanos e a proteção de grupos marginalizados na sociedade, baseado na convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial

Acreditamos que já estamos construindo um ideário de escola quilombola considerando-a como instituição cidadã de direito e respaldada por diretrizes curriculares que se leve em consideração a contextualização histórica dos sujeitos em sua realidade de vida, aliás, o Brasil tem um débito impagável com essa população, herança trágica da escravatura que assolou todas as regiões do país. A comunidade quilombola precisa fazer maiores links com a sociedade, articulando políticas através de suas associações, federações e confederações já organizadas em muitas regiões do Brasil.

No baixo Amazonas a (FOQS)⁷ Federação das Organizações Quilombolas de Santarém, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 10 de março de 2006 com o objetivo de lutar pela implementação de políticas públicas para as comunidades quilombolas do município de Santarém.

Para se entender a relação das políticas educacionais brasileira e a proposta da Educação quilombola no contexto das políticas de regulação é imprescindível que nos reportemos a alguns episódios dos fatos do nosso passado histórico a fim de que entendamos o que vem ocorrendo neste novo tempo de globalização, neoliberalismo, regulação e transnacionalização.

Inicialmente pretende-se fazer um breve comentário acerca da relação do público e o privado na educação considerando premissas sociais e econômicas para o debate. Evaldo Vieira defende que a relação entre política econômica e social tem no capitalismo sua maior razão de ser, desde o período em que o capitalismo instaura-se no Brasil a educação pública instala-se como instituição social, portanto as políticas

⁷ Quilombolasdesantarem.com.br

educacionais sempre foram prerrogativas do Estado como mecanismo de produção. Com o surgimento de uma nova economia, proveniente da industrialização dos grandes centros urbanos, o êxodo rural aumentou significativamente e as cidades necessitavam de uma educação que preparasse a população para o trabalho industrial.

Ocorre que nestes últimos dias, século XXI, conforme MÉSZAROS (2002), ANTUNES (1999) e HARVEY (1989, 2008) e TEODORO (2011) estamos vivendo a crise estrutural do capitalismo causada por uma tendência decrescente na taxa de lucros:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte.(ANTUNES, 1999, p.31)

Segundo o autor o Estado entrou em crise porque gasta mais do que recolhe, importa mais do exporta, compra além do necessário e as políticas sociais sem serem atendidas vivendo o caos dos fatos sociais, explicitados em Marx e Weber, provocando a crise fiscal. Desse modo as políticas sociais no espírito do neoliberalismo, considerando os papéis sociais, são transferidas a empresas privadas.

A teoria da public choice⁸ (escolha pública) que reforça a intervenção do Estado na Economia – a economia do bem-estar, vem para assegurar e proteger o estado de seus fracassos, a public choice foi aproveitada ideologicamente por todos aqueles que defendem uma menor intervenção do Estado na economia, em particular pelos neoliberais. Conforme (MORAIS, 2001), a proposta é que o cidadão faça as suas escolhas, em vez de uma política pública de educação, deixa-se que os indivíduos façam a sua política de educação no mercado de serviços escolares. A responsabilidade da execução das políticas sociais são repassadas a sociedade, para os neoliberais e a privatização do mercado.

Para (HARVEY 2008) as ONGS ligadas a Terceira Via ou Terceiro Setor caracterizadas por um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público é outra instituição regulada por mecanismos políticos do neoliberalismo. O mercado regula

⁸ PEREIRA, Tiago. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? *Análise Social*, vol. XXXII (141), 1997 (2.º), 419-442

o bem estar do ser humano e a dedicação à educação é o que o autor designa como mercadificação de tudo. O estado sutilmente entra nesta relação como mediador – mercador, praticando uma política de conciliação entre as partes.

Outro fato histórico que trouxe grande avanço para a ideologia da regulação foi o que ocorreu no Brasil em 1995 quando foi apresentado o Plano Diretor da Reforma do Estado entendida como redefinição do papel do estado, o qual deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social através de bens e serviços passando a ter como função de promotor e regulador do desenvolvimento. As estratégias são: Privatização, terceirização e publicização.

Conforme (BRESSER, 1996, p.7) todas as estratégias conferem ao setor privado e ao setor público não estatal dos serviços sociais, possibilidades de ascensão econômica e social, todo o processo de transformação e mutabilidade se dará por mecanismo de regulação do estado mediante relatórios estatísticos a fim de ser reconhecido com excelência e qualidade nos índices e tabulação de percentuais.

No atual governo de Dilma Rousseff a idéia do privado no sistema público já é fato com a criação, em maio de 2011, da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, integrada pelos ministros da Fazenda, Planejamento, Casa Civil, Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Além disso, a Câmara também possui quatro representantes da iniciativa privada: Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau, Abílio Diniz, do Grupo Pão de Açúcar, Antonio Maciel Neto, da Suzano Papel e Celulose, e Henri Philippe Reichstul, ex-presidente da Petrobras durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

O lançamento da câmara de gestão do governo foi parabenizada e recebida como um grande avanço para as melhorias da gestão do estado devendo ficar mais ágil competitivo e competente. O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão. Argumenta que é extremamente positivo para o País, que está em pleno desenvolvimento econômico e social a presença de pessoas do mais alto gabarito na composição desta Câmara. Reafirma Simão que o Gerdau, o Maciel, o Abílio (Diniz) trazendo a expertise deles para ajudar nas decisões políticas, corroborará para o avanço e o progresso da nação. O presidente da CBIC acrescenta ainda que todos ganham com a nova Câmara: governo, sociedade civil e setores da economia. Assegura que foi uma decisão estratégica do

governo e que no final do governo Dilma, o País estará mais competitivo e, certamente, ainda mais desenvolvido.

Dilma Rousseff comentou ser um privilégio ter conseguido reunir alguns dos maiores especialistas de gestão de negócios, planejamento estratégico na Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade. Assegura que acompanhará pessoalmente os trabalhos do grupo. Acrescenta também que melhorar a gestão da saúde, educação, e segurança sendo um compromisso assumido em campanha. A presidente convida a todos do setor público e privado, para que trabalhem juntos no intuito de ter um País ainda mais forte e competitivo.⁹ (<http://economia.estadão.com.br/noticias>, acesso em 12 de maio de 2011)

Diante do exposto surgem vários questionamentos dessa relação pública e o privado no âmbito da educação. Primeiro, pergunta-se: em se tratando de educação, qual de fato são as especialidades dessa equipe criada pelo governo, na questão educacional? As estratégias envolvendo desempenho e competências e suas expertises de fato corroboraram para o avanço e progresso da nação ou para o inverso, contribuindo para benefício próprio e de suas empresas? É fácil e cômodo observar a história de qualquer fato vendo de cima para baixo, difícil é ver de baixo para cima, de onde vive e se contextualiza o cotidiano das pessoas.

Como se ver a (CPGDC) é formada pela Terceira Via, a qual passará a argumentar em nome da sociedade civil. Questiona-se: Que sociedade é essa? A equipe não é técnica nas especialidades apontadas pela presidente, e sim política. A participação empresarial e os organismos internacionais tem demonstrado preocupação na educação tendo como finalidade a competitividade, hegemonia e lucratividade, argumentando que o Estado está em crise, por conseguinte é ineficiente. Como afirmou (PERONI, 2011, p.35) “[...] o mercado deve compensar suas falhas, assumindo no interior do próprio aparelho de Estado a lógica mercantil via gestão gerencial e repassando as políticas sociais para o mercado, através da privatização total, ou parcerias.”

Por outro lado acentua ALMERINDO que na conjuntura social iniciou-se um novo protagonismo no mercado, a comunidade e o estado. A comunidade (sociedade

⁹ <http://economia.estadão.com.br/noticias>, acesso em 12 de maio de 2011)

civil) conquistando seu espaço por gerir os problemas sociais, os quais deveriam ser geridos pelo estado, mas o princípio de comunidade ganha força e autonomia. Atualmente a sociedade civil é organizada e impactante politicamente, trabalhando mediante os movimentos sociais contra-hegemônicos e de construções de articulações coletivas e interesses transversais.

Nesse interim ressaltamos a militância do movimento negro que organizou-se em quanto comunidade em meio a exclusão, sentimento racista, discriminação e preconceito e luta pelos direitos a terra, educação, respeito a ancestralidade, religião e cultura. Nesse aspecto observa-se a militação das comunidades quilombolas nas diversas regiões do Brasil em busca de seu protagonismo social.

No baixo Amazonas mais especificamente nos arredores de Santarém- Para, vivem organizadas federativamente doze comunidades quilombolas, as quais ainda guardam resquícios, legados culturais e históricos de suas ancestralidades desde meados do século XVII quando eram traficados por iniciativa holandesa para dar início ao plantio da cana de açúcar. O tráfico de cativos da África para o Pará ocorreu devido a algumas modalidades muito comum na época denominada: assento, monopólio, iniciativa particular, (contrabando e o comércio interno), também chamados de drogas do sertão. Esses são alguns dos fatos históricos da presença negra na Amazônia, responsáveis pela continua militância de seus protagonistas, os quais acreditam que a educação é o fio condutor para uma sociedade, particularmente negra, exitosa e responsável por mudanças sociais e econômica de seu contexto, considerando seu estado de micro região, mas inseridos no processo macro da esfera globalizante.

A educação escolar quilombola no baixo amazonas, Santarém Pará embora situada em zonas de difícil trafegabilidade e estruturas informacionais tem sido impactada pelas políticas globais no sentido forçoso de se implantar uma filosofia de educação voltada aos interesses das políticas globais. Entendemos essa postura como neocolonialismo. Os contextos locais são diferentes em todos os sentidos dos espaços globais.

Sabe-se que muitas comunidades locais ao redor do mundo estão mudando suas políticas e propósitos educacionais com o objetivo de combinar com as instituições globais. Se fizermos uma análise superficial dessa mudança a princípio parece-nos como boa direção para a educação, mas nos perguntamos o que da fato tem levado a

essa mudança desde de 1990? Qual o impacto desses sistemas emergentes em localidades economicamente vulneráveis como as inúmeras comunidades quilombolas do baixo amazonas e demais regiões?

As políticas globais de educação tem na filosofia do capital humano uma forte aliado, onde pessoas são desacopladas de suas localidades sociais e culturais e passam a ser vistas como indivíduos com graus de potencial e capacidade

SHULTZ, 2012, p. 28 reforçar que professores que entendem como os interesses políticos impactam o cotidiano da sua prática e interferem em toda e qualquer decisão educacional que eles fazem podem mais prontamente atingir os objetivos sociais da educação. Sabe-se que as instituições globais, Banco Mundial, UNESCO, OCDE, nomeiam a educação formal como instituição para provocar as mudanças na sociedade.

Emerge o neoliberalismo e expansão de uma economia global, com o conseqüente esbatimento do papel Estado. No discurso neoliberal a comunidade é convidada a torna-se parceria nas relações e decisões políticas do estado, mediadores protagonista em processos. A comunidade através de suas associações e organização do terceiro setor são vista como iniciativas muito emblemáticas neste novo tempo

Nessa simbiose pública e privada temos vários exemplos de lideranças empresariais e empresas ligadas a educação, Instituto Ayrton Sena, programa Todos Pela Educação movimento de iniciativa privada, o qual estipula metas para que a sociedade acompanhe e cobre a efetivação. A estratégia é marcada por monitoramento e análise de indicadores de regulação e avaliação de resultados educacionais. A estrutura organizacional desses movimentos é estruturada nos princípios de governança, conselho fiscal e equipe executiva.

PERONI 2011, p.36 acentua que o repasse de dinheiro público para o privado não é algo novo, mas tem se transformado em política pública, o governo repassa recursos para instituições privadas executarem as políticas sociais ou realizarem parcerias onde instituições privadas levam para o setor público a sua proposta de qualidade com parâmetros de mercado

Outro formato são as parcerias entre o setor público e o terceiro setor. Na parceria ficam definidos as partes e atividades de cada um. O estado fica como executor e o privado interfere no conteúdo, currículo, gestão e organização da educação.

Conforme ALMERINDO AFONSO as interfaces público/privado no campo da educação e conseqüentemente as políticas públicas surgem através de alguns princípios de regulação oriundas das agendas da globalização hegemônica fruto da mentalidade de transnacionalização neoliberal do capitalismo e da mercantilização social.

O capitalismo moderno regulou a sociedade através de três princípios fundamentais: Estado, mercado e a comunidade. Os três vivem em constantes desigualdade, contradição, mas paulatinamente vão formando suas identidades, especificidades e fronteiras no âmbito político, social e econômico, tendo como principal suporte a educação O protagonismo geralmente se dá entre o estado(como agente de dominador) e mercado subalternizando a comunidade.

Considerando a questão do protagonismo observa-se que a comunidade quilombola no Brasil tem atingido esse característica em virtude de sobreviver em quanto comunidade preservando seus costumes de ancestralidade, religião e demais culturas considerados legados históricos para a posteridade. Nesse caso a ideia de comunidade subalternizada tende a superada a exemplo da luta dos movimentos negros e demais instituições integradora.

A escola quilombola enquanto instituição social baseada em diretrizes curriculares é um grande divisor de águas na superação dos procedimentos de dominação, mas esse tipo de escola é mais um dos mecanismos de regulação governamental para atração de investimentos sociais e econômicos. Espera-se que esses mecanismos não sejam utilizados para uma reescravilização das gerações do presente. A reescravilização pode ser atenuada através de uma filosofia de enaltecimento da cultura em detrimento dos benefícios econômicos e políticos.

Portanto é necessário que os professores sejam comprometidos com a vida humana e jamais esquecidos dos fatos históricos da escravatura. É imprescindível que a escola assuma uma postura crítica e social dos conteúdos a serem trabalhados, assim poder-se-á construir uma nova humanidade quilombola.

REFERENCIAL

AFONSO, Janela, Almerindo. Protagonismos instáveis dos princípios de regulação e interfaces público/privado em educação.

<http://economia.estadão.com.br/noticias>, acesso em 12 de maio de 2011)

<http://Quilombolasdesantarem.com.br>

IOSIF-Guimarães, Ranilce(Org.) Política e Governança Educacional Contradições e desafios na promoção da cidadania. Universa, Brasília, 2012

JUNIOR, Sousa Luiz, **FRANÇA**, Magna, **FARIAS**, Barbosa Salete, Maria(Org.). Políticas de Gestão e Práticas Educativas a qualidade do ensino. Liber Livro, Brasília, 2011

MENDES, Madalena. A globalização e os processos de transnacionalização das políticas educativas. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa Portugal

NETO, Cabral, Antonio, **CASTRO**, Araújo, Duarte, Alda Maria. **QUEIROZ**, Aparecida Maria. Pontos e Contrapontos da Política Educacional Uma leitura de iniciativas governamentais. Liber Livro. Brasília, 2007

PEREIRA, Trigo, Tiago. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? *Análise Social*, vol. XXXII (141), 1997 (2.º), 419-442

PERONI, Vidal Maria, Vera, **ROSSI**, José(Org.). Alexandre. Políticas Educacionais em tempos de redefinições no papel do estado: Implicações para a democratização da educação. PREC-UFPEL. Porto Alegre, 2011

SAMPAIO, Melo, Sampaio(org.). O fim do silêncio presença negra na Amazônia, Açaí, Belém-Pará, 2011

TEODORO, António. A educação em tempos de globalização neoliberal. Os Novos modos de regulação das políticas educacionais. Liber Livro, Brasília, Df, 2011.